

N. 5/4/83

# O POUCO QUE TEMOS

# TORNA-SE AINDA MENOS

Deputados Feliciano Gundana e Aranda da Silva na  
11.ª Sessão da Assembleia Popular

«O pouco que temos muitas vezes não chega a todo o nosso povo, porque no meio se introduzem os parasitas que, aproveitando-se das dificuldades materiais que temos, satisfeitos com elas, procuram a todo o custo aumentá-las para se servirem delas» — afirmou o deputado Aranda da Silva, Ministro do Comércio Interno, no decorrer dos trabalhos da 11.ª Sessão da Assembleia Popular. Vários outros deputados intervieram, destacando particularmente o papel dos candongueiros e a necessidade de serem severamente punidos.

Aranda da Silva referiu números ilustrativos da precária situação do abastecimento sublinhando desse modo a gravidade da actuação dos candongueiros.

Disse que a fraca produção de bens alimentares e industriais provoca que as carências sejam grandes e que tenhamos dificuldades de poder calçar, vestir e alimentar todo o nosso povo como desejaríamos.

— É verdade que a nossa produção ainda é muito baixa, em especial de bens industriais básicos como tecidos e calçado, de forma a que possamos vestir e calçar de uma forma correcta todo o nosso povo.

— No projecto de Lei de Plano Estatal Central para 1983, que discutimos nesta Assembleia por exemplo, ainda apenas podemos planificar menos de um metro quadrado de capuiana e pouco mais de um metro quadrado de popeline para cada cidadão moçambicano.

— É verdade que a produção de

açúcar ainda é insuficiente para todas as nossas necessidades. Em 1983, apenas iremos poder distribuir cerca de sete quilos por ano por cada cidadão moçambicano ou seja cerca de meio quilo por mês.

— É verdade que a produção de sabão é insuficiente e que apenas pudemos vender em 1982 cerca de dois quilos de sabão por ano por cada cidadão moçambicano.

— É verdade, em síntese, que a solução dos nossos problemas está no aumento da produção agrícola e industrial, na transformação das imensas potencialidades agrícolas, mineiras e industriais do nosso País em mercadorias que satisfaçam as necessidades do nosso povo.

Aranda da Silva sublinhou que, no entanto, também é verdade que mesmo o pouco que temos muitas vezes não chega porque nos sistemas de distribuição se introduzem os parasitas.

— É o caso dos candongueiros de

toda a espécie que desviam produtos nos portos, caminhos de ferro, armazéns, camiões e nas lojas.

— Este tipo de anti-sociais — questionou o Ministro do Comércio Interno — que riem de satisfação quando falta um produto, pelos ganhos que vão poder obter, qual a diferença que têm com os bandidos armados?

O deputado Feliciano Gundana, Governador de Nampula, interveio sobre as alterações à Lei dos Crimes contra a Segurança do Povo e do Estado Popular. Recordou que após a criação daquela Lei, há mais de três anos, o inimigo de classe, utilizando novas formas de actuação, criou o seu prolongamento e o seu braço, os anti-sociais e candongueiros.

— Hoje — disse Feliciano Gundana — estes elementos constituem uma força activa e desestabilizadora da sociedade, o confronto directo com o nosso Estado Popular, a ofensa dos princípios da nossa Constituição, vio-

lando as nossas leis em prejuízo do Povo.

Considerou que a acção dos candongueiros atingiu proporções parciais às acções criminosas dos bandos armados. Esclareceu ainda que, nas zonas onde os bandos armados não actuam, os candongueiros desempenham o papel dos bandos armados, desviando os bens de consumo do seu circuito normal de abastecimento, açambarcando-os para depois vendê-los a preços altamente especulativos.

O Governador de Nampula aproveitou a ocasião para dar alguns exemplos: um maço de cigarros, cujo preço estabelecido pelo Estado é de 40,00 MT e vendido na candonga entre 100,00 e 250,00 MT; uma barra de sabão, que se vende oficialmente a 30,00 MT, na candonga vende-se entre 200,00 e 250,00 MT; um quilo de açúcar, que custa na loja 16,50 MT, é vendido na candonga a 150,00 MT; uma pilha, cujo preço oficial é de 10,00 MT, na candonga vende-se a 100,00 MT.

— Deste modo, todo o esforço empreendido pelo Estado para resolver os problemas do abastecimento do povo, gastando divisas, vê-se gorado pela acção dos candongueiros — concluiu Feliciano Gundana.